



**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: Uma Análise para  
Implementação do Projeto Político Pedagógico Democrático**

**Belo Horizonte**

**2011**

**ADELSON DOS SANTOS**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: Uma Análise para  
Implementação do Projeto Político Pedagógico Democrático**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Zeneide Gonçalves da Rocha Gil

**Belo Horizonte**

**2011**

**ADELSON DOS SANTOS**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: Uma Análise para Implementação do Projeto Político Pedagógico Democrático.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> Zeneide Gonçalves da Rocha Gil - UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho à minha esposa, familiares e amigos que são a razão da minha luta constante por objetivos cada vez mais promissores e, a todos os colegas de trabalho que contribuíram enormemente para que eu chegasse até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente quero agradecer a Deus, pelos dons recebidos.

Agradeço aos meus pais, pelo amor incondicional.

Aos meus professores, pelos conhecimentos adquiridos.

E finalmente aos colegas de curso pela convivência e troca de experiências nessa caminhada muito gratificante e enriquecedora em minha vida.

“Na avaliação da aprendizagem, o professor não deve permitir que os resultados das provas periódicas, geralmente de caráter classificatório, sejam supervalorizados em detrimento de suas observações diárias, de caráter diagnóstico”.

**Maria Elisabeth Pereira Kraemer (2005)**

## RESUMO

A aprendizagem é a finalidade maior do trabalho desenvolvido nas instituições de ensino, com isso o aluno passa ser o alvo de todo o processo educativo. E em muitos casos, não se leva em consideração que para o conhecimento chegar ao aluno, ele percorre um extenso caminho e se o aluno tem dificuldade em aprender, a culpa não pode ser somente dele, porém a sistematização da avaliação está direcionada toda para o aluno. Sendo assim, para implantar uma proposta de gestão democrática dentro da Escola Municipal Monteiro Lobato, percebeu-se que a avaliação é um tema que merece constantes reflexões, principalmente quanto aos critérios de avaliação da aprendizagem dos educandos.

Nessa análise, a avaliação segmenta-se por duas abordagens interessantes, a objetiva e a subjetiva, que contribuirá bastante para a reflexão sobre as vertentes que caracterizam os modelos quantitativos e qualitativos de avaliação existente em muitas escolas. E que na maioria das vezes são mal interpretados pelos educadores.

Os métodos de avaliação por meio de testes e exames tornam a sociedade submissa a uma classe minoritária, mesmo com a democratização do ensino, esse tipo de avaliação é muito praticado nas escolas. O que se vê é que democratizaram as escolas, mas não democratizou o ensino porque ele ainda está formando uma sociedade elitista, uma vez que muitos têm acesso à escola, mas poucos concluem o ensino básico com a qualidade mínima desejável. A chance de mudar esse atual processo de avaliação é fazer, dos métodos avaliativos, mecanismos que subsidiem os caminhos para desenvolvimento da aprendizagem.

A avaliação deve orientar o professor a modificar a sua metodologia para os alunos que apresentaram baixo rendimento terem a oportunidade de melhorar seus conhecimentos. Daí a necessidade de uma prática de avaliação mediadora e constitutiva que conduzirá o aluno a construir e internalizar novos conhecimentos. Critérios da aprovação e reprovação não é um conceito de avaliação e sim de verificação, portanto, não basta estatizar quantos alunos sabem ou quantos não sabem. O conceito de avaliação é dinâmico. Ele é um diagnóstico para que os educadores direcionem os alunos a obterem uma aprendizagem desejável.

**Palavras Chaves:** Avaliação, aprendizagem, aprovação, reprovação, qualidade e ensino

## **SUMÁRIO**

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	DESENVOLVIMENTO.....	11
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	18
5	ANEXO .....	19

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Monteiro Lobato



## 1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho requer uma discussão a cerca dos critérios que envolvem os métodos de avaliação vistos no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Monteiro Lobato na cidade de Almenara/MG, a qual tem sido objeto de pesquisa para outros trabalhos. Objetivando entender como devem ser internalizados os critérios e métodos avaliativos do rendimento escolar, sendo este um fator que servirá de direcionamento para novas metodologias educacionais dentro do processo de aprendizagem.

Tendo em vista a complexidade em que é tratado o assunto envolvendo avaliação da aprendizagem nas escolas locais e como foi difícil discutir uma proposta de avaliação para compor o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Monteiro Lobato, discorre-se nessa análise uma reflexão feita com embasamento teórico em alguns estudiosos conceituados e relevantes em debates sobre o assunto avaliação da aprendizagem escolar. Com isto, compreende-se como as escolas tem sido displicentes em adotar um sistema de avaliação que muitas vezes julga mais do que orienta os alunos a alcançarem uma educação de qualidade.

As vertentes de avaliação que serão abordadas despertam o educador para o novo paradigma que direciona o sistema de ensino no século XXI, trazendo a tona os conceitos de gestão democrática no ambiente escolar. Não são conceitos novos, mas são mecanismos de avaliação que não podem ficar de fora de um Projeto Político-Pedagógico que priorizam um ensino democrático e o direito de aprender em toda a sua diversidade social.

No livro, *Avaliação do Rendimento Escolar*, organizado por Clarilza Sousa, destacam se duas vertentes interessantes que devem ser internalizadas pelos professores quando for elaborar os seus métodos de avaliação, sendo uma voltada para objetividade, ou seja, para os fatos em si e outra para a subjetividade, que se resume na interatividade do processo. Para discutir os critérios de quantidade e qualidade no ensino, pode apropriar-se da obra de Jussara Hoffmann, uma grande estudiosa na área de educação que em seu livro *Avaliação Mediadora* discute claramente como esses critérios são geridos em sala de aula.

E objetivando compreender porque depois de tanta mudança no sistema de ensino, ainda há métodos de avaliação marcados por critérios de aprovação e retenção existente até hoje nas instituições de ensino, dispõe-se de estudos publicados por Cipriano Luckesi em sua obra *Avaliação da Aprendizagem* que será o foco maior dessa discussão para a realização dessa análise.

Desta forma, espera-se está contribuindo para uma reflexão que poderá modificar um pouco da realidade do sistema de avaliação que temos nos ambientes educacionais, sendo que a aprendizagem é o foco maior da educação e é por meio de um processo de avaliação coerente com as propostas curriculares que o conhecimento torna-se acessível e compreensível por todos os alunos, democratizando e melhorando o ensino.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Para iniciar uma discussão sobre avaliação precisamos entender o que é e para que serve a avaliação na prática educativa, avalia para identificar nos alunos se os objetivos estão sendo alcançados, quantos já alcançaram e quantos educandos estão distantes dos parâmetros desejáveis, em consequência disso, acaba sendo avaliado todo o processo de ensino. E tudo isso serve para orientar o professor na melhoria de seus métodos de ensino, direcionando a sua prática para um caminho que leve o aluno a um bom rendimento de aprendizagem.

O rendimento escolar é a finalidade maior de uma instituição de ensino, conhecer o aluno e compreender o processo em que este aluno se encontra para propor novas capacidades e novos rumos na aprendizagem do educando é uma gestão que requer do professor uma grande responsabilidade em seus métodos de avaliação. Nem o aluno ou mesmo o professor deve ser refém de um sistema de ensino desvinculado de sua realidade, daí a importância de discutir a avaliação da aprendizagem escolar em um momento que deseja implantar um processo de gestão que se desponta para a democratização do ensino.

No processo que envolve a aprendizagem escolar de um indivíduo nota-se que em muitos casos o professor apresenta uma abordagem objetivista, ser objetivo do ponto de vista da ciência é se desprender do lado humano, ou seja, sair da realidade para dar a versão dos fatos, a objetividade nesse modelo de sociedade que temos hoje, é algo muito complexo, não leva em consideração o todo, “(...) isso se explica pela própria natureza epistemológica do modelo “objetivista”, que fragmenta a realidade e pressupõe, erroneamente, que a totalidade pode ser concebida por associações de elementos parciais (...)” (FRANCO in SOUSA, 1991, p.18), uma vez que fatores externos influenciam muito no modelo de educação que temos e consequentemente no processo de aprendizagem da atualidade, sendo que assim o educador não levará em consideração a vida social do aluno.

Essa abordagem do ponto de vista científico torna interessante quando der sustentação para o professor planejar e averiguar os fatos que leva o aluno a aprender, ou seja, busca critérios para sistematizar a avaliação do rendimento do aluno associado à realidade e não dissociar os fatos sociais do processo de aprendizagem. Se não ocorrer assim, estaremos contribuindo para um sistema social elitista, onde alunos ficarão submissos ao professor que consequentemente terão suas expectativas educacionais e as múltiplas inteligências podadas por uma prática educacional dissociada da realidade.

Outra abordagem é a subjetivista, nesse modelo o indivíduo tem predominância sobre o objeto, o conhecimento torna parcial e determinado pelo sujeito, o objeto do conhecimento está na interatividade do professor-aluno, as relações construídas no reduto da sala de aula está além da objetividade do saber. Quando se transporta esse modelo para o processo de avaliação representa “um avanço e norteia a geração de modelos de investigação mais completos e abrangentes” (FRANCO in SOUSA, 1991, p.19). Isso se dá porque a realidade da clientela escolar recebida nas escolas muitas vezes não tem alimentação adequada, tem problemas causados por desestruturação familiar, vivem à margem da criminalidade social. E se o professor não levar em consideração essa série de fatores externos a escola estará avaliando o aluno por um problema social que não é dele, além disso, a interatividade entre professores e alunos é um amplo meio de promover a construção do saber e redirecionar outras maneiras de se aprender.

Tendo em mente o conhecimento sobre os fatores abordados pela autora SOUSA (1991), entende-se que a avaliação é a parte do processo de ensino mais complexa e está muito além dos critérios de aprovação ou reprovação adotados nas escolas. Não se sabe até que ponto o modelo de avaliação tradicional, classificatório e compensatório garante qualidade de ensino ou se é responsável pela grande evasão mostrada em estatísticas, por outro lado, com base em comentários e depoimentos em conselhos de classe, uma das maiores preocupações dos professores seriam como manter os alunos estimulados, interessados em novos conhecimentos se abolíssemos a prática de reter o aluno com baixo índice de aprendizagem, sabendo ele que aprendendo ou não será aprovado para outro ano de escolaridade. Por tanto, para buscar um modelo de ensino que almeje uma melhoria no ensino, a escola deveria ter dois níveis de preocupação como afirma Hoffmann,

(...) uma escola para todas as crianças e uma escola que compreenda essas crianças a ponto de auxiliá-las a usufruir seu direito ao ensino... no sentido de sua promoção como cidadãos participativos nessa sociedade; uma escola que perceba a educação como direito da criança e um compromisso da escola em torná-la consciente desse direito e capaz de reivindicar uma escola de qualidade. (HOFFMANN, 2001, p.17).

Com essas visões de escola, o ensino perderia o princípio elitista e deixaria de ter critérios de avaliação igualitários para todos os alunos, sendo um ensino com uma qualidade atenta a atender todas as crianças da sociedade brasileiras, concebidas em sua realidade concreta que atualmente tem uma diversidade e uma adversidade muito grande em todos os aspectos da sociedade.

De acordo com a CONAE – Conferência Nacional de Educação (2010), a educação atualmente está em outro plano, tem acesso garantido a quase cem por cento das crianças; tem espaço físico adequado praticamente em todo país; escolas informatizadas; os profissionais de ensino tem a formação exigida, muitos com especializações na área em que atuam e os recursos didáticos estão chegando à maioria das escolas. No entanto, ainda se vê muito dentro das instituições de ensino uma avaliação classificatória e compensatória sobre o que a escola ou o aluno desenvolveu durante o seu processo de ensino/aprendizagem. Com isso, a avaliação ainda se caracteriza por critérios discriminatórios que marca a vida sócio-educativa de seus envolvidos. Conforme Hoffman (2001) para inúmeros professores, pela sua história de vida e por várias influências sofridas, a avaliação se resume à decisão de enunciar dados que comprovem a promoção e retenção dos alunos.

Por isso, nossa intenção é argumentar junto aos profissionais/educadores que o ato de avaliar não está, necessariamente, ligado a um conjunto de técnicas e normas, mas de uma certa medida de compreensão, análise e reflexão crítica da nossa prática pedagógica no dia-a-dia da escola. Tudo isso deve acontecer naturalmente durante o processo de ensino quando se ocorre a aprendizagem de modo mediador e sem preocupação com a aprovação ou retenção, a avaliação deve acontecer com o intuito de oportunizar o aluno uma chance de aprender o que não foi possível aprender em um tempo anterior. Tendo essa visão de avaliação, é necessário considerá-la como um processo abrangente e de caráter diagnóstico, que implica numa reflexão crítica sobre a prática, captando avanços, resistências, dificuldades, possibilitando novas tomadas de decisões.

O modelo de sociedade em que vivemos ainda é aquele voltado para a pedagogia do exame, retratado muito bem por Luckesi (2001), todo o processo está voltado para os testes. Os alunos estudam preocupados com as notas que irão receber nos testes; os professores usam muito o modelo de avaliação por meio de provas para obter o controle sobre os alunos; os pais só querem saber se os seus filhos serão ou não aprovados, pouco lhes interessam a aprendizagem, suas expectativas estão em torno da obtenção de boas notas por parte de seus filhos; a escola quer saber se vai mudar seu índice no Ideb e o sistema educacional em si usa as avaliações externas para medir o índice da educação no país. Em fim, todos os desdobramentos que acontecem para promover o ensino está centralizado no modelo de exame utilizado para avaliar o aluno.

Esse ciclo social formado em torno dos métodos de avaliação utilizado na atualidade que há décadas vem sendo discutidos, traz inúmeras consequências à aprendizagem e à

formação da sociedade, que por sua vez, transforma em práticas de controle, autocontrole e censura, formando uma sociedade submissa aos padrões elitistas e preconceituosos

Segundo Luckesi (2001, p.25), pedagogicamente, a avaliação da aprendizagem, na medida em que estiver polarizada pelos exames, não cumprirá a sua função de subsidiar a decisão de melhoria da aprendizagem. Com isto, não há mais espaço para avaliação como forma de punição, castigo, ameaça ou critério de superioridade entre quem ensina e quem aprende. Há sim, espaço para uma avaliação que mostre o que precisa ser revisto pela escola ou método de ensino adotado pelo professor, a fim de subsidiar o crescimento de aprendizagem do aluno.

Se os métodos quantitativos dos exames utilizados nas avaliações servem basicamente para domesticar os educandos e aliená-los a sociedade, cabem as escolas, romper com tudo isso adotando métodos qualitativos, e “qualidade” numa perspectiva mediadora de avaliação conforme Hoffmann (2001, p.33), significa desenvolvimento máximo possível, um permanente “vir a ser”, sem limites pré-estabelecidos, embora com objetivos claramente delineados, desencadeadores da ação educativa. Isso implica que o processo deve ser delimitado por um ponto de partida e não por um ponto de chegada, uma vez que não há limites para o conhecimento.

O professor, em suas metas deve ter em mente o começo de onde deve partir o ensino para tal aluno, já o final não deve ter limites pré-estabelecidos, isso dependerá do aluno e do processo em que ele será conduzido. Paralelo e intrínseco a isso, deve haver uma metodologia de avaliação com função diagnóstica, uma vez que para deixar de ser autoritária e conservadora, “a avaliação terá de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação dos novos rumos” (LUCKESI 2001, p.43). Enfim, a avaliação deverá mostrar o caminho a ser percorrido pelo professor para montar as suas estratégias de ensino. E esse é o caminho que buscamos implantar em nossas escolas por meio do novo Projeto Político-Pedagógico, caminho esse que tentará levar o aluno o mais longe possível dentro do processo de ensino.

Do ponto de vista da democratização do ensino, o processo de avaliação da aprendizagem merece uma discussão mais profunda, pois as políticas públicas estão garantindo o acesso à educação e a legislação nacional e internacional tem ganhado força na Organização das Nações Unidas, campanhas de inclusão social tem ganhado destaque em colunas sociais e a população está consciente de seus direitos sobre o acesso ao ensino. No entanto, o acesso a escola em si, não define democratização de ensino, a permanência do educando na escola até a terminalidade escolar, ainda é parte da democratização, pois esse

período na escola não garante qualidade de aprendizagem. Portanto, não emancipa socialmente o indivíduo, é o acesso sistematizado às informações direcionadas por uma avaliação diagnóstica permanente que conduzirá o educando a se libertar para uma democratização social provinda da democratização do saber. E isso só será possível se o professor tiver capacidade de reconduzir o aluno a rever as falhas diagnosticadas durante o período de permanência na escola, caso contrário, ao final do ciclo escolar do aluno, ele irá sair da escola sem consciência de seus direitos perante a sociedade e a escola vai dar conta de que sua função está sendo antidemocrática, tendo classificado alunos ao invés de qualificá-los.

Retomando a dinâmica da abordagem subjetivista, na democratização do ensino é importante destacar um processo de avaliação abrangente, sendo que tradicionalmente, a avaliação que se realiza de modo sistemático na escola é a direcionada para o aluno, sem que os resultados dessa avaliação sejam referenciados ao contexto em que são produzidos (SOUSA, sd). Existe a necessidade de métodos de avaliação em que não só aluno seja alvo de um julgamento avaliativo, mas que primeiro discuta a dinâmica dos trabalhos, a postura dos profissionais de ensino, as relações de trabalho, os recursos utilizados, a articulação que a escola tem com a comunidade para depois chegar a uma finalidade que no processo de ensino é o rendimento dos alunos, uma vez que a aprendizagem é o produto final de processo educacional.

Ao atingir a abrangência que conduz o saber, a avaliação estará ocorrendo por um processo participativo e democrático, em que a participação de todos é muito relevante, principalmente quando o aluno tem a oportunidade de discutir os resultados obtidos junto com os professores, que por sua vez, são práticas que devem ser efetivamente construídas e integradas a um planejamento estendido por todo o processo de aprendizagem para que não se restrinja a uma objetividade delimitada por atitudes e metas isoladas na escola e atinja a eficácia da qualidade do ensino. E eficácia na educação resulta basicamente da eficiência dos atores envolvidos com a efetividade dos trabalhos realizados, atingindo um resultado satisfatório. Ao buscar essa eficácia muitas escolas adotam conceitos de aferir o conhecimento sem se dar conta do real sentido etimológico da palavra e acaba medindo ao invés de mediar.

O termo verificação de aprendizagem tem sido empregado constantemente em algumas escolas, já em outras usam se o termo avaliação. Segundo Luckesi (2001), grande pesquisador e conhecedor de assuntos que envolvem a prática avaliativa, ambos os termos tem conceito bem divergentes. Quando estamos interessados apenas em saber se o aluno será aprovado ou reprovado, parte do pressuposto que usam o termo verificação de aprendizagem,

com intuito apenas de medir, verificar se o aluno atingiu os objetivos que para o educador são necessários ao aluno aprender.

No termo avaliação tem-se a idéia que seria um mecanismo para o professor detectar os níveis de aprendizagem em que o aluno se encontra que por meio de intervenções constantes possa atingir a qualidade ideal necessária. A prática que dimensiona os fatos sem tomar decisões é comum em nossas escolas e precisa ser revertida por uma prática problematizadora que implica mudanças no modo de ensinar, caso este não tenha atingido os resultados desejáveis. Para isso, basta entender que,

(...) a avaliação implica a retomada no curso de ação, se ele não tiver sido satisfatório, ou a sua reorientação, caso esteja se desviando. A avaliação é um diagnóstico da qualidade dos resultados intermediários ou finais; a verificação é uma configuração dos resultados parciais ou finais. A primeira é dinâmica, a segunda é estática. (LUCKESI, 2001, p. 100)

Ainda de acordo com Luckesi (2001), para uma fácil compreensão de conceito, a avaliação mostra os erros e aponta os caminhos, ou seja, tem função de orientação e reorganização, enquanto a verificação está voltada mais para a estatística de quanto ou o que o aluno aprendeu em determinado período. Todavia, por trás desses conceitos tem-se a intenção de quem está avaliando. Se o educador, ao deparar com resultados onde os alunos não tenham aprendido e investir na construção dos resultados desejados, o trabalho educativo estará sendo feito e a qualidade poderá ser alcançada, sendo que uma das propostas para uma avaliação dentro do modelo de gestão democrática é oportunizar ao aluno que não acompanhou o restante da turma, em um primeiro momento de ensino, ter a chance de aprender. Isso é o que se espera do novo paradigma de educação para esse processo democrático, não só de democratizar o acesso, o espaço ou a permanência do aluno na escola, mas sim dar a oportunidade e mesmas condições de adquirir o conhecimento que tirará a sociedade de uma ideologia de submissão política e muitas vezes filosófica do ponto da sociedade consumista que impede os alunos de serem cidadãos com mais responsabilidade social.



### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir essa análise vemos que há muito tempo se discute as mudanças nos métodos de avaliação da aprendizagem, porém pouco tem mudado, uma vez que a prática de exames e testes são comuns na maioria das escolas. O que deve ficar claro é que cada aluno tem uma característica diferente, por tanto não cabe a todos receberem os mesmos critérios de avaliação. A diversidade sócio-cultural que cada um vive influencia muito no ritmo e no tempo em que chegará ao final de um ciclo de aprendizagem.

E, se quando avaliamos nos deparamos com resultados que não estão em nível satisfatório, não se devem ignorar os fatos, não se pode atribuir culpa ao aluno, algo precisa ser feito. Muitas vezes, a situação vivenciada por ele em casa, os recursos oferecidos na escola, o acompanhamento familiar ou até mesmo a pedagogia utilizada são as conseqüências de não terem chegado à qualidade mínima desejável. Sendo assim, na maioria das vezes a culpa não é do aluno. Nesse sentido não cabe a ele ser avaliado por algo que não é responsável, o educador deve direcionar a sua prática avaliativa como um ato amoroso, que para Luckesi (2001, p.173), esse modelo tem a característica de não julgar, mostra a verdade, apura os fatos, acolhe os atos, apura a realidade, mas não exclui ou classifica os alunos.

Desejamos que a avaliação das nossas escolas auxilie o educando no seu desenvolvimento pessoal, a partir do processo de ensino-aprendizagem no qual está inserido e, mostre à sociedade uma resposta sobre a qualidade da aprendizagem pelo trabalho educativo realizados nas instituições de ensino. Por fim, a avaliação da aprendizagem deve criar bases para que o processo de ensino seja constitutivo na vida do aluno. E como a nossa proposta inicial era discorrer sobre análises e reflexões feitas a partir da teoria de alguns estudiosos conceituados, importantes para debates sobre avaliação da aprendizagem escolar a fim de propor métodos avaliativos que atendessem à nova Proposta Pedagógica da Escola Municipal Monteiro Lobato, ficou claro que as nossas escolas ainda estão aquém dos critérios que se espera para mediar um programa educacional que atinja todos os alunos sem excluí-los ou deixá-los a margem do processo de ensino a qual faz parte.

Diante de tudo o que foi analisado, cremos ter atingido uma clareza suficiente para que o Projeto Político-Pedagógico da escola tenha métodos avaliativos que despertam o educador para o novo paradigma que direciona o sistema de ensino no século XXI, trazendo a tona os conceitos de gestão democrática ao ambiente escolar, priorizado um ensino democrático e o direito de aprender em toda a sua diversidade social.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL: Ministério da Educação e do Desporto. **Conferência Nacional de Educação (CONAE) – Documento Final, 2010.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>, acesso em 25 de novembro de 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** 19ª Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Ângelo Ricardo. et al. **Avaliação como instrumento para a gestão democrática na educação.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 13 de outubro de 2010.

SOUSA, Clarilza Prado de (org.). **Avaliação do Rendimento Escolar.** 9ª Ed. Campinas, SP: Papiros, 1991.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Avaliação Institucional: elementos para discussão,** Belo Horizonte, 2010. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 08 de outubro de 2010.

**5. ANEXO**

**ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:**

**Uma nova proposta para uma gestão democrática**

**ADELSON DOS SANTOS**

**LOSÂNGELIS BATISTA SILVA**

**WEYDEN BEATRIZ DE MATOS ALVES LACERDA**

**Belorizonte, 2010**

## **ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO**

### **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:**

#### **Uma nova proposta para uma gestão democrática**

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina Projeto Vivencial do Curso Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, sob orientação da Professora Assistente Zeneide Gonçalves da Rocha Gil

**Belo Horizonte, 2010**

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	4
2	<b>FINALIDADES DA ESCOLA</b> .....	8
3	<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b> .....	11
3.1	Estrutura Organizacional Administrativa.....	11
3.2	Estrutura Organizacional Pedagógica .....	12
4	<b>CURRÍCULO</b> .....	14
4.1	Crianças de zero a três anos.....	16
4.2	Crianças de quatro a seis anos .....	16
4.3	Plano de Ensino para Ensino Fundamental .....	17
4.3.1	Lingua Portuguesa .....	17
4.3.2	Matemática .....	17
4.3.3	Ciências .....	18
4.3.4	Geografia .....	19
4.3.5	História .....	20
4.3.6	Arte .....	20
4.3.7	Educação Física .....	21
4.3.8	Ensino Religioso .....	22
4.3.9	Lingua estrangeira (Inglês).....	22
5	<b>TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES</b> .....	24
6	<b>PROCESSO DE DECISÃO</b> .....	27
7	<b>RELAÇÕES DE TRABALHO</b> .....	29
7.1	Responsabilidades da Escola .....	29
7.2	Responsabilidades do Gestor .....	29
7.3	Responsabilidades do Supervisor Escolar .....	30
7.4	Responsabilidades do Orientador Educacional .....	30
7.5	Responsabilidades do Professor .....	31
7.6	Responsabilidades dos Pais e responsáveis .....	31
7.7	Responsabilidades dos alunos .....	32
7.8	Responsabilidades dos líderes de turma .....	32
8	<b>AVALIAÇÃO</b> .....	33
9	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	37
10	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	38

## 1 – INTRODUÇÃO

Atualmente, vivemos um modelo de sociedade que não permite que o trabalho individual seja intitulado dentro de um processo administrativo. Na educação, isso não é diferente. As tendências educacionais da sociedade atual exigem uma autonomia construída, que segundo alguns estudiosos, referem-se à construção coletiva e democrática de projetos que visem os anseios das instituições de ensino, sem deixar de seguir ou ter como base as diretrizes de um sistema de ensino. O gestor deve exilar-se tendências burocráticas e buscar articulações empreendedoras entre colegiado, comunidade ou conselhos escolares para gerir a escola em prol de objetivos que resulta na formação cidadã da clientela assistida.

Nesse sentido, a organização da escola deve ter um caráter de gestão democrática, e a melhor maneira de chegar a essa democratização é a construção ou reconstrução coletiva do Projeto Político-Pedagógico que é onde estarão a fundamentalização e funções que nortearão a instituição em seus objetivos.

Portanto, o objetivo desse trabalho é a reelaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Monteiro Lobato, situada na BR 367, km 92; Bairro Cidade Nova na Cidade de Almenara/MG, telefone: (33) 37211047, criada pela Lei Municipal nº 640 de 06/09/1991. É uma escola que surge historicamente como Pré-Escolar Municipal São Francisco criado em 1986, na gestão do prefeito Exupério Abres Cangussú e Secretário Municipal de Educação o Sr. Manoel Gomes de Paula, como projeto (FIM SOCIAL) para atender às necessidades da comunidade do bairro Cidade Nova. O quadro de funcionários da escola era composto de quatro professores e um serviçal. Funcionava em uma casa de aluguel, no bairro Cidade Nova, atendendo alunos na faixa etária de 04 (quatro) a 06 (seis) anos. Nessa época não havia coordenador específico, ficando um funcionário da prefeitura responsável pela frequência dos professores e alunos de todas as escolas municipais. Essa verificação era feita duas vezes por semana visando o controle e funcionamento do estabelecimento.

Em 1988, na gestão do prefeito Roberto Martins Mágno, o Pré-Escolar mudou-se para o Estádio Lisboão, objetivando a contenção de despesas e um melhor espaço físico para os alunos. Nesse ano, para atender os anseios da comunidade escolar e facilitar o trabalho da Secretaria de Educação, foi nomeada como coordenadora a Sra. Elizabete Pires, que coordenou por um ano, e como sua sucessora, a Sr<sup>a</sup>. Eunice Fazendeiro que também coordenou por um ano.

Em 1990, com a coordenação da Sr<sup>a</sup>. Maria da Conceição Rocha Alves, o Pré - Escolar passou a funcionar como escola de tempo integral, no horário de 8:00h às 16:00h

ficando assim por quatro anos, pois as dependências do prédio não atendia as necessidades dos alunos.

No ano 2000, devido às más condições do estabelecimento onde se encontrava (o Estádio Lisboa) sob a coordenação da Sr<sup>a</sup>. Ilana Santos (2000 a 2002) e a Sr<sup>a</sup>. Maria da Conceição Brandão, a escola passa a funcionar em uma casa de aluguel atendendo alunos do Ensino Infantil e Fundamental, sendo este, vinculado a Escola Municipal Corina Ferraz de Brito . A escola passou a comportar dez turmas, com um quadro pessoal de dez professores regente, dois eventuais, um professor recuperador, um supervisor e quadro serviçais.

Sob a direção da Sr<sup>a</sup>. Maria da Conceição Rocha Alves desde Janeiro de 2005, em meados de 2006, o Pré-Escolar Municipal São Francisco foi autorizado a funcionar até a 2<sup>a</sup> série (3<sup>o</sup> Ano) pelo parecer 289/2006 de 28/03/06, Ofício CEE 2733 e parecer SEE 115/2006, desde este período funcionando nas instalações do SESC/LACES Almenara que reafirma seu importante papel na educação em Minas, possibilitando o acesso a um número cada vez maior de crianças e adolescentes, ao ensino regular de qualidade, fornecendo uma estrutura de escola modelo para a comunidade do bairro, que por sua vez tem uma participação efetiva nas atividades escolares.

Em 2008, depois de sancionar a Lei n<sup>o</sup> 1.135 de 13/08/2008, deu início ao processo de mudança de nome e extensão do atendimento para outros anos de escolaridade, passando de Pré - Escolar Municipal São Francisco para Escola Municipal Monteiro Lobato, sendo autorizada a atender Ensino Infantil de 3 a 5 anos e os anos iniciais do Ensino Fundamental, na qual está sob a direção de Weyden Beatriz de Matos Alves Lacerda desde janeiro de 2010.

Atendendo uma clientela de diferentes níveis sociais e diversas etnias vindos de diversos bairros da cidade e até alunos da zona rural, a escola necessita de transporte escolar público, uma vez que sua localidade é distante e está próxima a uma rodovia, e a maioria dos pais por serem de classe média baixa, não tem condições de pagar um transporte particular para os seus filhos. A comunidade atendida, em sua maioria, está distante da escola, pois são assalariados e domésticos com incompatibilidade de horário para acompanhar constantemente os seus filhos. No entanto, quando solicitados, comparecem à instituição para obter informações dos filhos, porém sem muita participação no processo de gestão. No entanto, com todos os interpostos, a escola preocupa-se em promover a inclusão e o respeito ao direito à educação de qualidade a toda a sociedade de forma democrática.

Com o propósito de redimensionar a sua prática pedagógica, as escolas têm percebido a necessidade de desenvolver reflexões em diversos eixos educacionais, seja ele pedagógico, administrativo, ou relacional, uma vez que se vivem um processo de gestão

democrática. Com isto, fica evidente a necessidade da participação da sociedade na construção do projeto político pedagógico que dará sustentação para os princípios político-pedagógicos que expressam as ações educativas de um estabelecimento de ensino com as características da Escola Municipal Monteiro Lobato.

Nesse contexto de políticas públicas educacionais que visam à universalização dos direitos à educação para todos os grupos, respeitando as suas diferenças étnico-raciais e embasando-se em diretrizes e parâmetros da LDB 9394/96 e reestabelecida por práticas construídas em ações coletivas, a Escola Municipal Monteiro Lobato refaz seu Projeto Político Pedagógico em meio às discussões da Conferência Nacional e Educação de 2010, que objetiva um mesmo ensino de qualidade para toda a nação do país, valorizando a interatividade cultural, mas não deixando de cumprir sua função de mediadora do saber na a sociedade de Almenara.

As tendências educacionais adotadas e inseridas nesse projeto têm se orientado nas transformações que a sociedade e educação vêm sofrendo com a evolução histórica e com a necessidade em rever constantemente os métodos de ensino para atender as exigências educacionais da sociedade atual. Como afirma Gadotti (in: MARÇAL e SOUSA, 2001), quando se discutia pressupostos de um projeto pedagógico,

O projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir se como tal, partindo da 'cara' que tem, como seu cotidiano e seu tempo-espço, isto é, o contexto histórico em que ela se insere. Projetar significa 'lançar-se para a frente', antever um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar.

E para que a Escola Municipal Monteiro Lobato projete-se em processo de ensino que antever um futuro melhor que o presente, e acompanhe as mudanças que o Ensino da Educação Básica contempla atualmente, deve superar as dicotomias, historicamente postas e criar uma concepção de currículo que permita ao aluno interagir com as diversas áreas do saber pedagógico: a pesquisa, como forma de articular e aprofundar temas de interesse, conflitando teoria e prática como fonte de construção de conhecimento; a prática, com base em teorias e procedimentos didático-metodológico, e a avaliação, como critério que permita aos alunos o contato com as iniciativas de auto-descobertas favoráveis a construção e reconstrução do conhecimento dentro e fora da comunidade estudantil. Essas áreas, em conjunto, objetivam a formação do saber construído, que permite o aluno ter uma atuação



junto ao mundo onde vive suscitando assim a consciência crítica e consciente daquilo que quer socialmente, exercendo assim sua cidadania.

É importante ressaltar as políticas de gestão democráticas dentro de um projeto pedagógico, pois são elas que irão nortear as necessidades coletivas das escolas e buscar alternativas práticas que possibilitem mudanças que estejam de acordo com os interesses de um todo. Para isso, a LDB defende que o Projeto Político Pedagógico não é algo definitivo. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios, previstos na Lei 9394/96 em seu artigo 14: “participação da dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação da comunidade escolar e comunidade local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Somente a construção de um projeto pedagógico não é o suficiente para a autonomia que se busca em um processo educacional democrático, é preciso fazer surgir, surgir dessa autonomia garantida em lei, outra construída na escola que estimule e assegure a participação de gestores, professores, pais, alunos, funcionários e representantes da comunidade local na discussão do trabalho pedagógico, numa perspectiva mais ampla. Essa autonomia construída objetiva ampliar as instâncias coletivas como conselhos escolares, colegiados ou equivalentes previstas no art. 14 da LDB e deve estar muito bem articuladas nos princípios do Projeto Político Pedagógico para que a escola não se isole em seu meio ou se transforme em uma prática de controle político e social

Como a escola deseja fortalecer a sua autonomia e colocar-se no centro das políticas educacionais diante da sociedade a qual está inserida, o seu PPP baseia-se em três eixos da LDB - 9394/96; o eixo da flexibilidade, “vincula-se à autonomia, possibilitando a escola organizar seu próprio trabalho pedagógico”; o eixo da avaliação, “aspecto importante a ser observado e discutido nos vários níveis de ensino”; e o eixo da liberdade, “que se expressa no âmbito do pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas” dentro de uma proposta de gestão democrática a ser definida na escola. Com isso, a LDB reconhece a escola como um importante espaço educativo e nos profissionais da educação uma competência técnica e política que os habilita a participar da reelaboração do Projeto político Pedagógico sempre que for conveniente para os processos de ensino acompanhe a evolução social e satisfaça as necessidades psico-intelectual e sócio-política desejada pela sociedade.

## 2 - FINALIDADES DA ESCOLA

Considerando que o conhecimento é essencial para a realização do ser humano e que o indivíduo consciente de suas potencialidades se integra melhor à sociedade e para ela contribui positivamente, a escola não deve ser mero veículo de transmissão de conhecimento, mas de desenvolvimento dos potenciais e aptidões do educando, num processo transformador de seu aprendizado. Considerando ainda a escola, como instituição social, que visa proporcionar aos educandos meios e condições para o desenvolvimento global de suas potencialidades, valorizando a integração de sua cultura regional com o conhecimento universal, de modo a contribuir para a formação de um ser agente, participante, reflexivo, crítico e transformador que propomos as finalidades que norteia os eixos de estruturação desse Projeto Político Pedagógico.

A Escola Municipal Monteiro Lobato proporciona aos educandos uma educação de qualidade, oportunizando o desenvolvimento integral de todas as suas potencialidades, preparando-os para a convivência numa sociedade de contantes transformações, mais igualitária mais justa e inclusiva. O ensino estará voltado para a formação do aluno de modo que ele seja capaz de estabelecer atitude questionadora, crítica e equilibrada no exercício da cidadania, cultivando o conhecimento, como fonte central de mudanças, principalmente de humanização, sem perder de vista a perspectiva ética.

Além disso, a escola propiciará a ressignificação de formas de atuação coerentes com o papel atribuído à educação e ao conhecimento no mundo de hoje, assumindo assim, seu compromisso histórico. Portanto, o aluno egresso da Escola Municipal Monteiro Lobato, será capaz de refletir sobre seus conhecimentos científicos, culturais, sociais, estéticos e políticos, tendo em vista uma educação de qualidade, como é anseio de uma sociedade democrática.

As atividades serão planejadas e desenvolvidas de modo a privilegiar um planejamento cuidadosamente articulado para oferecer a integração social, o auto-conhecimento, o desenvolvimento de habilidades cognitivas, preparando o alicerce para a construção consciente de sua formação como cidadão que nesta fase se inicia.

A formação do estudante é pautada pelo desenvolvimento das habilidades procedimentais e atitudinais que contribuirão ao longo da escolaridade para a formação de alunos pesquisadores, comunicadores e solidários com o meio onde vivem. Para que tudo isso ocorra, torna se necessário compreender que a Escola Municipal Monteiro Lobato, está inserida em um novo cenário social em que a principal característica é o fabuloso acúmulo da

informação. Sendo assim, não pode desconsiderar que os recentes e intensos impactos sócioeconômicos e culturais que velozmente se propagam e afetam em diferentes graus a rotina de todos os segmentos sociais, tem também conseqüências na educação.

Para que todas as finalidades e considerações relatadas anteriormente não se perca em uma teoria simplesmente reflexiva, este projeto político pedagógico se fundamenta em alguns princípios constituídos na LDB 9394/96 que é a lei maior da educação brasileira trazendo uma maior hegemonia para as políticas educacionais voltadas para a praticidade de ensino e respeito pelos valores étnicos- culturais da população. Entres esses princípios se destacam:

- **Princípio sócio-histórico do conhecimento**, entendendo o conhecimento como produto da construção histórica do ser humano, que nas suas relações o constrói e reconstrói, conforme suas necessidades e suas interatividades com o meio social.
- **Princípio de uma concepção de sociedade com maior justiça social**, o que pressupõe melhor qualidade de vida por meio de diferentes formas de pensar e atuar sobre a realidade, onde o conhecimento é co-responsável pela diminuição das diferenças sociais e da pobreza que se apresenta de modo multifacetado no plural e complexo mundo atual.
- **Princípio da compreensão das diferenças**, formadora da sociedade brasileira, as diferenças de etnia, gênero, classe, e tribo, etc, que dão origem a diferentes modos de organização da vida, valores e crenças apresenta-se para a educação como um desafio interessante e contribuidor, de forma que é impossível desconhecê-lo e ignora-lo, para tanto, a inclusão deve ser ativa no processo de ensino atual, uma vez que a interatividade cultural e pluralismo de idéias também compõe os princípios educacionais.
- **Princípio da compreensão da pesquisa como processo educativo**, enquanto fio condutor e elemento aglutinador dos demais componentes curriculares constituindo-se em elemento articulador entre teona/pratica. A prática investigativa norteia novos rumos para a identidade educacional do aluno, tornando o ensino mais dinâmico e estimulador.

- **Princípio da compreensão da praxi**, onde se busca uma relação enquanto unidade teoria-prática visando a ação-reflexão-ação na construção do saber.

Para que todos os pressupostos discutidos não fique apenas no papel, as finalidades educacionais desse Projeto Político Pedagógico atenua-se na articulação prática que professores, alunos e comunidade escolar dão aos objetivos e metas que o completa, partindo se do pressuposto que o currículo não é imutável, e sendo este um processo de participação democrática, construído coletivamente e inserido no modelo de ensino das políticas educacionais do novo milênio. Onde requer, uma gestão democrática visando uma educação inclusiva, uma interatividade multicultural nas práticas de ensino e pluralismo de idéias em prol da construção do conhecimento.

### **3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Diversos fatores devem ser considerados para a organização e funcionamento de uma escola comprometida com a qualidade do processo de ensinar e aprender. Os desafios estão presentes no cotidiano da escola, principalmente a baixa participação da família, os fatores sociais e econômicos, dificuldades na leitura, na escrita e concorrendo assim para a evasão escolar. A reflexão coletiva da prática pedagógica de todos os envolvidos nesse processo é de suma importância, uma vez que é preciso nortear nossas ações no sentido de aprimorar a participação dos educadores e educandos num princípio único de que educação se faz coletivamente.

#### **3.1 – Estrutura Organizacional Administrativa**

A Escola Municipal Monteiro Lobato, se organiza em um espaço moderno, propício a um ensino de qualidade. Conta com os padrões arquitetônico do SESC/MG que busca contribuir socialmente com a comunidade almenarense, firmando uma parceria com a rede municipal de ensino de Almenara, fornecendo o espaço físico todo equipado, compatível com as modalidades e níveis de ensino que a escola oferece. A Escola é toda adaptada e preparada para a inclusão, tanto no que se refere acesso do prédio, como também banheiro, salas e mobiliário todo adequado. Tudo foi fornecido pelo SESC Laces de Almenara/MG.

A merenda escolar é fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, adquirida com recursos do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação. Com espaço, preparação e distribuição adequada ao aluno. Os materiais didáticos para o consumo na prática de ensino são adquiridos com recursos da Secretaria Municipal de Educação. Os profissionais de ensino lotados na escola, também, são da rede municipal.

A escola funciona em 02 turnos: matutino de 7:00h às 11:30h com 09 turmas do 2º ao 5º ano de escolaridade, vespertino de 13:00 h às 17:30 h. Atendendo 08 turmas de Ensino Infantil do 1º e 2º período e o 1º ano do Ensino Fundamental.

A estrutura física está organizada da seguinte forma: 09 salas de aulas, 01 sala para secretaria e direção com banheiro, 01 sala para professores com banheiro, 01 masculino e 01 banheiro feminino adaptado para portadores de necessidades especiais, 01 banheiro para educação infantil, 01 banheiro para equipe de apoio, 01 biblioteca toda com literatura infantil e literatura brasileira adaptada, 01 uma cantina com refeitório e todo mobiliário adaptado às especificidade de cada aluno, área destinada a oficinas e projetos pedagógicos, playground. Para

as atividades esportivas usa-se o espaço esportivo e lazer do SESC LACES/Almenara. Como recursos tecnológicos a escola dispõe-se de 01 som play system; 01 DVD; 01 TV de 29" e um laboratório de informática contendo 20 computadores com internet para alunos e funcionários.

Do quadro pessoal, a Escola Municipal Monteiro Lobato conta com 36 funcionários, sendo 24 efetivos. Tem 01 diretor e 01 vice diretor; 18 Professores Regentes; 02 eventuais; 02 especialistas (supervisão/orientação); 01 professor de Língua Inglesa; 01 professor de Educação Física, 01 professor de Educação Religiosa; 01 Secretária; 01 Auxiliar de Secretaria; 06 Auxiliares de Serviços Gerais; 01 Inspetor de Aluno.

A parte administrativa é composta pelo diretor que é o mediador político, pedagógico, administrativo da escola e entre outras funções, cabe a ele ser articulador e incentivador da participação e de ações colegiadas na escola; o vice diretor que auxilia e substitui o diretor quando necessário em caso de ausência do mesmo; o colegiado representando a comunidade escolar que exerce uma função importante no processo de gestão democrática e tomada de decisões tanto no administrativo como no pedagógico da escola; auxiliares de secretaria que cuida dos aspectos burocráticos como documentação de alunos, funcionários e patrimônio da instituição; e equipe de apoio que se responsabiliza pela merenda escolar, limpeza, portaria, jardinagem e outros serviços que auxiliam no bom desempenho da escola.

### **3.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica**

As relações que envolvem o ensino-aprendizagem de uma instituição é o ponto essencial de um processo de ensino. Por isso, torna-se um algo que precisa ser bem estruturado para que as metas pedagógicas não tomem um rumo divergente às diretrizes da base comum para educação nacional definida pela Conferência Nacional de Educação (CONAE).

Nesse eixo entra a importantíssima função do professor que deve ser o mediador do conhecimento, auxiliando o aluno na construção do mesmo e mantendo um elo entre escola e família; o serviço de supervisão de suporte pedagógico para o professor, além de ser um articulador de projetos pedagógicos que visam a dinamização e qualidade do ensino; o serviço de orientação escolar visa compreender as relações socio-afetivas dos alunos e aspectos comportamentais que influenciam a prática pedagógica e o serviço de reforço escolar que tentam oportunizar aos alunos com déficit de aprendizagem com um acompanhamento pedagógico individual com uma hora diário para integrá-los ao nível da turma.

A metodologia utilizado atende ao perfil da turma e do profissional de ensino, priorizando a formação integral do indivíduo em todos os aspectos, com aulas expositivas, trabalhos em grupo e individual, jogos, brincadeiras, músicas e pesquisas extra-clase, avaliados periodicamente por meio de diagnose de aprendizagem e avaliações somativas, com processo de recuperação paralela e bimestral para oportunizar obtenção da nota e o conhecimento perdido por parte do aluno.

Dentro da organização pedagógica, a escola conta ainda com projetos pedagógicos interdisciplinares desenvolvidos paralelamente ao plano de ensino anual como Programa Semeando, Projeto Chuá, Projeto Literário e Programa de Intervenção Pedagógica (PIL), realizados com a parceria da Secretaria Municipal de Educação, Copasa, Sesc Laces Almenara e comunidade escolar.

## 4 – CURRÍCULO

O currículo é o tema central nas discussões sobre conhecimento escolar, é no currículo que está sistematizado os esforços pedagógicos da escola, para muitos estudiosos, como afirma Moreira e Candau (1996) “(...) é algo como o coração da escola, o espaço central da escola da atuação pedagógica”. Por isso, associa-se o currículo ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. Nesse sentido, o currículo deve viabilizar o direito a educação a todos os educandos envolvidos na relação ensino-aprendizagem, para isso não pode deixar de recorrer a documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Parâmetros Curriculares Nacionais Diretrizes Curriculares e Propostas Curriculares Estaduais ou Municipais, pois são neles que encontra-se as diretrizes que atende às necessidades e exigências da sociedade atual.

Além disso, leva-se em consideração as necessidades dos alunos, os anseios dos professores, na construção de um currículo sistematizado e articulado às áreas de conhecimento. Além da base nacional comum e da parte diversificada que compõe ao currículo da escola, há também, projetos que valorizam a cultura da comunidade local, respeitando a diversidade cultural e pluralismo de idéias que representam a sociedade em geral.

A proposta curricular segue a ideia de um currículo, com as seguintes características: valorização de todos os componentes curriculares, de forma que não exista uma supervalorização de disciplinas ou desvalorização de outras, e que o aluno seja a referência para a escolha de todas as situações educativas. Este tipo de currículo permite um funcionamento flexível do curso sem, de forma alguma, comprometer a qualidade do mesmo.

A dinâmica curricular do Ensino Infantil e Fundamental se constituirá da formação discente enriquecida por atividades integradoras, privilegiando, portanto, conteúdos que favoreçam a compreensão do contexto histórico e sócio-cultural necessários a reflexão crítica sobre a realidade e a sociedade.

A escola tem como eixos básicos a relação teoria e prática na integração do saber e do fazer, em que o exercício de interpretações múltiplas e variadas dos fatos, fenômenos e episódios da vida cotidiana se constituem elementos condutores e integradores de outros componentes curriculares. Visando assegurar a intencionalidade do trabalho pedagógico, a interdisciplinaridade e a flexibilidade, as estruturas curriculares privilegiam a construção do saber através de atividades integradoras e das práticas pedagógicas desenvolvidas.



Com a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959, p.1) os direito da criança passou a ser mais discutido e respeitado, independentemente da diversidade da qual a criança faz parte, esta Declaração garante em seu princípio 1º que

(...) todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

Com essa responsabilidade social, o currículo dessa escola é composto de projetos que trabalha o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, que conforme alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela Lei 10639/2000, que na Educação Básica, além de reprimir qualquer tipo de preconceito dentro e fora do estabelecimento de ensino, assegurando o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, garante igual direito as histórias e culturais que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes de cultura nacional a todos os brasileiros.

A Escola Municipal Monteiro Lobato garante a igualdade de acesso a todos os alunos e aos conteúdos do Núcleo Comum, de maneira a legitimar seu direito a escolarização, garantindo a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional

Para o Ensino Infantil o plano curricular tem se em sua base o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil com as seguintes eixos norteadores: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática, que se expande nas seguintes capacidades:

#### **4.1- Crianças de zero a três anos**

- Comunicação e expressão de seus desejos, desagradados, necessidades, preferências e vontades em brincadeiras e nas atividades cotidianas.
- Reconhecimento progressivo do próprio corpo e das diferentes sensações e ritmos que produz.
- Identificação progressiva de algumas singularidades próprias e das pessoas com as quais convive no seu cotidiano em situações de interação.
- Realização de pequenas ações cotidianas ao seu alcance para que adquira maior independência.
- Interesse pelas brincadeiras e pela exploração de diferentes brinquedos.
- Respeito às regras simples de convívio social.
- Expressão e manifestação de desconforto relativo à presença de urina e fezes nas fraldas e também fazer a higienização das mãos com ajuda.
- Interesse em desprender-se das fraldas e utilizar o penico e o vaso sanitário.

- Interesse em experimentar novos alimentos e comer sem ajuda.
- Identificação de situações de risco no seu ambiente mais próximo.

## **4.2 - Crianças de quatro e cinco anos**

- Expressão, manifestação e controle progressivo de suas necessidades, desejos e sentimentos em situações cotidianas.
- Participação em situações de brincadeira nas quais as crianças escolham os parceiros, os objetos, os temas, o espaço e as personagens.
- Valorização do diálogo como uma forma de lidar com os conflitos.
- Participação na realização de pequenas tarefas do cotidiano que envolva ações de cooperação, solidariedade e ajuda na relação com os outros.
- Respeito e valorização da cultura de seu grupo de origem e de outros grupos.
- Participação em situações que envolvam a combinação de algumas regras de convivência em grupo e aquelas referentes ao uso dos materiais e do espaço, quando isso for pertinente.
- Valorização dos cuidados com os materiais de uso individual e coletivo.
- Procedimentos relacionados à alimentação e à higiene das mãos, cuidado e limpeza pessoal das várias partes do corpo.
- Utilização adequada dos sanitários.
- Identificação de situações de risco no seu ambiente mais próximo e procedimentos básicos de prevenção a acidentes e auto-cuidado.

As disciplinas do núcleo comum no Ensino Fundamental, a serem obrigatoriamente ministrados nos anos iniciais são: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Artes, Educação Física, Ensino e Artes.

A Parte Diversificada busca atender os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs com temas de transversalização como: Língua Estrangeira (Inglês), Ética e cidadania, Diversidade cultural, Educação ambiental, Saúde, Orientação sexual, Trabalho e consumo e Projetos com temas locais. Vale ressaltar que a base curricular do Ensino Fundamental atende as matrizes de referência para as avaliações externas, que medem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

## **4.3 - Plano de Ensino para o Ensino Fundamental**

Na elaboração do Plano de Ensino dos anos iniciais do ensino fundamental serão consideradas as características dos conteúdos disciplinares, o nível de entendimento desejável a ser

alcançado pelos alunos, as diretrizes e orientações curriculares e as diretrizes do Projeto Pedagógico contido no Plano do Desenvolvimento da escola, tudo relacionado com os PCNs.

### **4.3.1- Língua Portuguesa**

O domínio da linguagem oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso a informação expressa e defende pontos de vista, partilha ou constroi visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. Para que essa expectativa se concretize, o ensino de Língua Portuguesa deverá organizar-se de modo que os alunos sejam capazes de:

- Expandir o uso da linguagem e utilizá-la com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos, tanto orais como escritos, coerentes, coesos e adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados;
- Utilizar diferentes registros inclusive os mais formais da variedade lingüística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam;
- Compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social interpretando-os corretamente e inferindo sobre as intenções de quem os produz;
- Valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos;
- Valer-se da linguagem para melhorar a qualidade de suas relações pessoais, sendo capazes de expressar seus sentimentos, experiências, ideias e opiniões bem como de acolher, interpretar e considerar os sentimentos dos outros, contrapondo-os quando necessário;
- Conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia.

### **4.3.2 - Matemática**

As finalidades do ensino de Matemática indicam, como objetivos do ensino fundamental, levar o aluno a:

- Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da Matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas;
- Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos do ponto de vista do conhecimento e estabelecer o maior número possível de relações entre eles, utilizando para isso o conhecimento matemático (aritmético, geométrico, métrico, algébrico, estatístico, combinatório e, probabilístico), selecionar, organizar e produzir informações relevantes para interpreta-las e avaliá-las criticamente;
- Resolver situações-problema, sabendo validar estratégias e resultados; desenvolvendo formas de raciocínio e processos, como dedução, indução, intuição, analogia, estimativa, utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como os instrumentos tecnológicos disponíveis,
- Estabelecer conexões entre temas matemáticos de diferentes campos e entre esses temas e conhecimentos de outras áreas curriculares;
- Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a auto-estima e a perseverança na busca de soluções;

### 4.3.3 - Ciências

Mostrar a Ciência como um conhecimento que colabora para a compreensão do mundo e suas transformações, para reconhecer o homem como parte do universo e como indivíduo, é a meta que se propõe para o ensino das ciências na formação básica. A apropriação de seus conceitos e procedimentos pode contribuir para o questionamento do que se vê e ouve, para a ampliação das explicações acerca dos fenômenos da natureza, para a compreensão e valoração dos modos de intervir na natureza e de utilizar seus recursos para a compreensão dos recursos tecnológicos que realizam essas mediações para a reflexão sobre questões éticas implícitas nas relações entre Ciência, Sociedade e Tecnologia.

O ensino de Ciências Naturais deverá então se organizar de forma que durante seu processo de ensino, os alunos tenham as seguintes capacidades:

- Compreender a natureza como um todo dinâmico sendo o ser humana parte integrante e agente de transformações do mundo em que vive;
- Identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica;

- Saber utilizar os conceitos científicos básicos associados a energia, a matéria, transformação, espaço, tempo sistema equilíbrio e vida;
- Compreender a saúde como bem individual e comum que deve ser promovido pela ação coletiva;
- Compreender a tecnologia como meio para suprir as necessidades humanas, distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e ao homem.

#### **4.3.4 - Geografia**

O estudo de Geografia propõe um trabalho pedagógico que visa a ampliação das capacidades dos alunos, do ensino fundamental, de observar, conhecer, explicar comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos. Por meio da geografia podemos compreender as diferentes sociedades que interagem com natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirimos uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele. Também podemos conhecer as múltiplas relações de um lugar com outros lugares distantes no tempo e no espaço e perceber as marcas do passado no presente.

Espera-se que, ao longo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os alunos construam um conjunto de conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes relacionados à Geografia, que lhes permitam ser capazes de:

- Conhecer a organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo a compreender o papel das sociedades em sua construção e na produção do território da paisagem e do lugar;
- Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos de modo construir referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socio-ambientais locais;
- Compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;
- Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;

- Fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação de modo a interpretar analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens;
- Saber utilizar a linguagem cartográfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geograficos;
- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sócio-diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e individuos e um elemento de fortalecimento da democracia.

#### **4.3.5 - História**

Ensinar História implica a busca por alcançar objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona a construção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas. Além disso, deve apresentar princípios, conceitos e orientações para atividades que possibilitem aos alunos a realização de leituras críticas dos espaços, das culturas e das histórias do seu cotidiano. Espera-se que a até o 5º ano, os alunos gradativamente possam ler e compreender sua realidade, posicionar-se, fazer escolhas e agir criteriosamente. Nesse sentido, os alunos deverão ser capazes de:

- Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços,
- Organizar alguns repertórios histórico-culturais que lhes permita localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para algumas questões do presente e do passado;
- Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles;
- Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço;
- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e individuos e como um elemento de fortalecimento da democracia

#### **4.3.6 - Arte**

No transcorrer da primeira etapa do ensino fundamental, o aluno poderá desenvolver sua competência estética e artística nas diversas modalidades da área de Arte (Artes Visuais,

Dança, Música, Teatro), tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais quanto para que possa, progressivamente apreciar, desfrutar, valorizar e julgar os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidos ao longo da história e na contemporaneidade. Nesse sentido o ensino de Arte deverá organizar-se de modo que até o 5º ano, os alunos sejam capazes de:

- Expressar e saber comunicar-se em artes, mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fluir produções artísticas.
- Interagir com materiais, instrumentos e procedimentos variados em artes (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), experimentando-os e conhecendo-os de modo a utilizá-los nos trabalhos pessoais;
- Observar as relações entre o homem e a realidade com interesse e curiosidade exercitando a discussão, indagando, arguindo e apreciando arte de modo sensível;
- Buscar e saber organizar informações sobre a arte em contato com artistas, documentos, acervos nos espaços da escola e fora dela (livros, revistas, jornais, ilustrações, diapositivos, vídeos, discos, cartazes) e acervos públicos (museus, galerias, centros de cultura, bibliotecas, videotecas, cinematecas) reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias.

#### **4.3.7 - Educação Física**

Educação Física traz uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos. Incorpora, de forma organizada as principais questões que o professor deve considerar no desenvolvimento de seu trabalho, subsidiando as discussões, os planejamentos e as avaliações da prática da Educação Física nas escolas. Espera-se que ao final da primeira etapa do ensino fundamental os alunos sejam capazes de:

- Participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais, repudiando qualquer tipo de violência;
- Conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e entre diferentes culturas;

- Reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde e de recuperação, manutenção e melhora da saúde coletiva;
- Conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos analisando criticamente os padrões divulgados pela mídia e evitando o consumismo e o preconceito;
- Conhecer, organizar e interferir no espaço de forma autônoma, bem como reivindicar locais adequados para promover atividades corporais de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade básica do ser humano e um direito do cidadão.

#### **4.3.8 - Ensino Religioso**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos desenvolvam as capacidades de:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Questionar a realidade formulando problemas a si mesmo e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise e crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação dentro de requisitos éticos.

#### **4.3.9 - Língua estrangeira (Inglês)**

O ensino de Língua Estrangeira (Inglês) nos anos iniciais, é um diferencial das escolas municipais fazendo parte da grade curricular para os anos iniciais do ensino fundamental, uma vez que é obrigatório somente a partir do 6º ano de escolaridade. Com isso espera que os alunos alcance os seguintes objetivos da área de Inglês:

- Reconhecer que o aprendizado de uma ou mais línguas lhe possibilita o acesso a bens culturais da humanidade construídos em outras partes do mundo;
- Comparar suas experiências de vida com as de outros povos;



- Identificar, no universo que o cerca as línguas estrangeiras que cooperam nos sistemas de comunicação, percebendo-se como parte integrante de um mundo plurilingue;
- Desenvolver a possibilidade de compreender e expressar, oralmente e por escrito, opiniões, valores, sentimentos e informações;

## 5 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O espaço da escola é o ambiente primordial para promover a educação, por isso ele será adequado para que o aluno sinta bem e estimulado a frequentar as aulas diariamente. Cabe ao professor, juntamente com o supervisor e direção proporcionar um ambiente alfabetizador com painéis e figuras chamativas, atraindo a atenção do aluno. O aluno terá total liberdade de usufruir de todo o espaço escolar como sala de aula, laboratório de informática, área de lazer e recreação, biblioteca e cantina, em momento de aula ou não, desde que seja coordenado por um professor ou outro funcionário da escola.

O tempo destinado à organização pedagógica é estruturado conforme às exigências da lei 9394/96 e resolução da Secretaria Estadual de Educação para a elaboração do calendário escolar. Considera-se dia letivo aquele em que os professores e alunos desenvolvem juntos atividades de aprendizagem, independentemente do local onde seja realizada com mais de 50% do total dos alunos. O dia escolar é aquele no qual são realizadas atividades de caráter pedagógico e/ou administrativo com a presença obrigatória, apenas, do pessoal docente, técnico e administrativo.

O corpo Administrativo e Pedagógico tem a liberdade de convocar Reuniões Pedagógicas, Administrativas, Reuniões de Pais e de Conselho de Classe, além das estabelecidas no calendário escolar quando essa forem necessárias. Aprovado pelo colegiado de acordo com a legislação vigente, o calendário constam ainda com: início e término do ano letivo; férias regulamentares e dias não letivos; conselho de classe; reunião pedagógica e administrativa; recuperação; reunião de pais e professores; feriado e recessos; assembléia da comunidade escolar; planejamento anual; eventos culturais e pedagógicos (gincana, festa junina e folclore, consciência negra).

A carga horária semanal é determinada conforme a Lei Municipal nº 782/94 que dispõe sobre o Estatuto dos Sevidores Municipais que estabelece jornada de trabalho de 40 horas semanais para diretor e vice diretor, 30 horas para supervisores e orientadores, 20 horas para o trabalho dos professores junto com os alunos.

Os intervalos de aulas especializadas é usado para que os professores juntamente com o supervisor planeje suas aulas e reflita sobre sua formação. Há também uma parceria entre o Sesc Laces Almenara e Secretaria Municipal de Educação, onde se desenvolve o Projeto Esperançar que garante a formação continuada dos profissionais da escola durante 03 anos. Esse projeto tem uma Assessoria e Consultoria, paga pelo SESC, que uma vez por mês, extendendo-se por três anos (2010, 2011 e 2012), reúne-se com professores, direção,

especialistas da Escola Municipal Monteiro Lobato e convidados de outras escolas para desenvolver ações em função da formação dos profissionais da educação nas áreas de Gestão escolar, Comunicação ativa (compreensão, interpretação e expressão), Arte-educação, Educação Matemática, Ciências experimentais e Atualizações e avanços de Professores.

A escola ainda é e irá ser por muito tempo o espaço mais favorável à construção do conhecimento, é nele que há o processo de interatividade cultural, a troca de informações e também o lugar onde o professor é o agente formador de opinião e facilitador do saber. Desta forma, o espaço escolar deve ser organizado de tal maneira que atenda as necessidades dos educando, onde os mesmos possam usufruir dos seus direitos a uma educação de qualidade. Cury (sd, p.3) ratifica a idéia do direito à educação, tratando educação como um bem público e que para sua primeira garantia é que ela esteja inscrita no coração de nossas escolas cercadas de todas as condições favoráveis a um ensino digno. Por isso, o Projeto Político Pedagógico deve abranger uma organização de espaço que dê sustentação ao direito à educação.

A sala de aula receberá uma quantidade de alunos, por m<sup>2</sup>, estabelecida na Resolução SEE/MG 449/2004, para não comprometer o trabalho do professor e conseqüentemente favorecer uma melhor assistência individual aos alunos.

O tempo escolar também é algo que deve obedecer às legislações da educação para não ferir os direitos do educando. Para isso, a Escola Municipal Monteiro Lobato participará juntamente com a Secretaria Municipal de Educação do levantamento da população em idade escolar e de sua chamada para matrícula, divulgando em todos os meios possíveis. A Direção divulgará amplamente a data da matrícula, bem como os critérios estabelecidos para a freqüência à escola. Serão admitidos no Ensino Infantil alunos de três (03) a cinco (05) anos de idade completos ou a completar até 31 de março e no Ensino Fundamental alunos com seis anos completos ou a completar até 31 de março.

O número de vagas será divulgado em data prévia do início da matrícula, estando assegurado as vagas para os alunos que já cursava na escola. A renovação far-se-á de acordo a data estabelecida pela escola, até o limite de segunda semana de dezembro. Será cancelada a matrícula do aluno que sem justificativa deixar de comparecer ao estabelecimento de ensino até o 20º (vigésimo) dia letivo após o início das aulas. Antes de efetuar o cancelamento da matrícula, a direção da escola deve tomar providências cabíveis para levar o aluno e seus responsáveis ao cumprimento da obrigatoriedade escolar.

O Calendário Escolar será elaborado pelos profissionais da escola, discutidos e aprovado pelo Colegiado, cabendo ao Inspetor Escolar supervisionar o cumprimento das

atividades nele previsto, onde deverão constar: a data do início e término do ano letivo, com o mínimo de 200 (duzentos) dias bem como do início e do término do ano escolar, considerados os dias destinados ao Planejamento Pedagógico, demais atividades da escola e todos requisitos descritos no Eixo da Estrutura Organizacional da Escola.

O espaço e o tempo extra escolar também é reconhecido como um dos meios favoráveis a construção do conhecimento. E cabe a escola organizar eventos em outros ambientes para dinamizar o processo de ensino da escola, além de favorecer a interação da criança com um meio diferente da sua rotina diária.

## 6 - PROCESSOS DE DECISÃO

A relação interpessoal é um dos processos políticos que mais sustenta o trabalho dentro de uma escola. Se há uma boa relação entre funcionários, alunos, pais e corpo docente, deduz-se que há um trabalho pautado em uma gestão democrática, uma vez que a gestão democrática de um sistema educacional resulta-se em um ordenamento normativo e jurídico, vinculando instituições sociais e escolares por meio de diretrizes comuns. Se dentro de uma instituição escolar há a democratização dos sistemas de ensino, isso implica que há aprendizado, vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão coletiva.

Nesse processo de gestão democrática a escola deve prever meios que estimulem a participação de todos no processo de decisão e, para se tornar possível, há necessidade de se instalarem mecanismos institucionais, visando à participação política dos envolvidos com o processo educativo da escola. Portanto, além dos agentes condutores do ensino dentro da instituição, a escola conta com a comunidade escolar representada por os órgãos como Conselho Escolar, bem como da descentralização de funções que dinamiza o processo administrativo e pedagógico da instituição.

Como instrumento de democratização da escola, o projeto político pedagógico tem explicitados os objetivos, anseios, desejos, ou seja, tudo aquilo que a escola pretende alcançar. E para que tudo isso ganhe força, todas essas ações devem ser articuladas em práticas colegiadas, sendo que o colegiado é um órgão de importante representação dentro da escola. A Conferência Nacional de Educação em seu documento final para o processo de ensino nacional exige que,

a instituição educacional deve ter, pois, como princípios fundamentais: o caráter público da educação; a inserção social e a gestão democrática, onde as práticas participativas, a descentralização do poder, a socialização das decisões desencadeiem um permanente exercício de conquista da cidadania. (CONAE, 2010 p.58)

E ainda reafirma que este último, a gestão democrática, é concebido como a materialização de todos os outros, dentro os quais estão os direitos a um ensino de qualidade, por isso, os processos de decisão de uma escola não deve ficar centralizado somente nas mãos do gestor. Dessa forma, as relações de trabalho devem ser coletivas e com as funções pré-definidas para cada setor administrativo e pedagógico da escola, principalmente quando refere se a tomadas de decisões que promoverá o desenvolvimento educacional da instituição. E sendo que na Escola Municipal Monteiro Lobato, o conselho escolar só participa quando convocado para representar ou decidir algum assunto que envolve toda a comunidade escolar

e nas datas explícitas no calendário escolar, que geralmente acontecem quatro vezes pro ano. As decisões quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos são tomadas pela direção da escola juntamente com os especialistas e repassadas para professores e demais servidores a fim de aprovação ou não. Geralmente as reuniões entre funcionários ocorrem bimestralmente ou quando envolve toda comunidade escolar em assembléia de pais. Nesses encontros discutem se as metas pedagógicas da escola, os resultados obtidos, as mudanças que deverá ser feita para melhorar o rendimento dos alunos, as metodologias e intervenções que irão atender os casos mais graves quanto ao desempenho pedagógico. Além de buscar a integração da escola com a comunidade escolar.

## **7 - RELAÇÕES DE TRABALHO**

O cotidiano escolar é algo esplendoroso na construção do saber educacional, a articulação que um servidor estabelece com o outro, pode significar muito para a escola. E tendo definido as funções de cada um, o trabalho toma rumos mais produtivos, os papéis individuais podem ser executados num mecanismo de cooperativismo, onde o trabalho coletivo possa superar as vaidades individuais. No entanto, este Projeto Político-Pedagógico deixa claras as funções individuais que cada membro do processo educacional deve executar para que o trabalho tome um rumo mais produtivo.

Além disso, há uma parceria entre a escola e SESC Laces Almenara, onde algumas decisões de caráter administrativo são partilhadas, os eventos sociais que o SESC desenvolve, a escola procura está participando com os alunos.

Os casos conflitantes provocados por indisciplinas são resolvidos em parceria com as famílias e o Serviço de Orientação Educacional, nos casos mais críticos, a escola conta com o apoio do programa da Polícia de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente (POPI) e Conselho Tutelar.

### **7.1- Responsabilidades da Escola**

- Promover um ensino de qualidade,
- Cumprir o calendário escolar;
- Seguir as normas estipuladas pela Secretaria Municipal de Educação;
- Comunicar aos pais e responsáveis quando estiver ocorrendo baixo rendimento escolar, problemas de indisciplina, desinteresse, excesso de agressividade e outros;
- Procurar fazer contato com a família sempre que necessário, em caso de evasão ou excesso de faltas;
- Encaminhar casos necessários para o Conselho Tutelar e para os órgãos competentes;
- Em caso de acidente com o aluno dentro da escola, o mesmo deve ser encaminhado para o Posto de Saude ou Hospital,
- Oferecer aos alunos um ambiente educativo adequado.

### **7.2 - Responsabilidades do Gestor**

- Promover na escola, espaços de reflexão, diálogo e busca de soluções;
- Levantar, juntamente com o grupo, os principais desafios da escola e traçar metas, tomando decisões e assumindo-as coletivamente;
- Fazer balanços periódicos, juntamente com toda comunidade escolar, sobre a realidade e os vários setores da escola, buscando fazê-la progredir;

- Buscar, juntamente com o grupo de professores, novas formas de aprender elaborando e executando projetos e valorizando as novas aprendizagens;

Também é dever do diretor exercer uma liderança de caráter democrático em todo e qualquer setor da escola organizando-a e procurando integrar os pais e a comunidade conforme as necessidades e possibilidades da escola.

### **7.3 - Responsabilidades do Supervisor Escolar**

- Avaliar o desenvolvimento da escola vista como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade da escola ou em outras realidades do Sistema Estadual de Ensino;
- Apresentar a direção e a comunidade propostas que visem a melhoria da qualidade de ensino e ao alcance das metas estabelecidas no âmbito pedagógico;
- Coordenar o planejamento de ensino e o planejamento de currículo;
- Participar da elaboração das diretrizes e metas a serem ativadas no processo de ensino, considerando a realidade educacional do Sistema, os recursos disponíveis e as políticas públicas;
- Planejar as atividades do serviço de Coordenação Pedagógica, em função das necessidades a suprir e das possibilidades a explorar, tanto dos docentes e alunos, como da comunidade, desenvolvendo quando necessário o Programa de Intervenção Pedagógica juntamente com os professores;
- Analisar o histórico escolar dos alunos para adaptações, transferências, reingresso e recuperações;

### **7.4 - Responsabilidades do Orientador Educacional**

- Planejar e coordenar a implantação do Serviço de Orientação Educacional;
- Cuidar da orientação emocional do educando e do aconselhamento psico-pedagógico em todos os estágios do seu desenvolvimento, encaminhando-o quando necessário, a outros profissionais;
- Orientar a ação dos professores e representantes de turmas em assuntos pertinentes à área de Orientação Educacional tendo em vista a melhoria do processo de desenvolvimento do currículo;



- Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, levantando e selecionando, em conjunto, alternativas de solução a serem adotadas;
- Ativar o processo de integração de escola/comunidade, alunos/professores;

### **7.5- Funções e responsabilidades do professor**

- Saber ensinar, agir como educador e orientar o aluno em suas dificuldades e dúvidas;
- Ser mediador do processo ensino e aprendizagem dando oportunidade para o aluno buscar o conhecimento de forma ativa, reforçando sua auto-estima, respeitando-o, incentivando-o e valorizando suas produções;
- Desenvolver seu trabalho de forma consciente e séria, conforme o Projeto Político Pedagógico;
- Aperfeiçoar-se cada vez mais;
- Registrar corretamente a frequência dos alunos, as notas e elaborar o planejamento;
- Ser comprometido com a educação, ser assíduo e pontual;
- Despertar nos alunos interesse espírito crítico e o hábito de investigação;
- Dominar o conteúdo para transmitir segurança ao aluno;
- Participar dos conselhos de classe, entrega de boletins, reuniões e demais atividades da escola em tempo hábil;
- Verificar o nível de aprendizagem dos alunos e refletir sobre sua prática;
- Cumprir com seus deveres, sentindo-se responsável pelo aproveitamento dos alunos;
- Ouvir as sugestões dadas pelos alunos.

É direito e dever do professor exercer uma liderança positiva, organizando a sala de aula, convocando os pais para comparecerem à escola e encaminhando à direção os casos que necessitarem de uma atenção diferenciada.

### **7.6 - Responsabilidades dos pais e responsáveis**

- Enviar os filhos à escola;
- Demonstrar interesse pela vida escolar do aluno,
- Participar das atividades propostas, buscar o boletim e conversar com os professores;
- Comparecer à escola sempre que chamado ou convocado,
- Justificar faltas e enviar atestado de saúde;

- Buscar soluções juntamente com a escola, dando seqüência aos encaminhamentos feitos
- Em caso de necessidade, ressarcir financeiramente os danos materiais.

### **7.7 - Responsabilidades dos alunos**

- Comparecer às aulas;
- Buscar o conhecimento demonstrando participação, interesse e comprometimento;
- Desenvolver o hábito de estudo, buscando progredir cada vez mais;
- Saber respeitar as normas da escola, os professores, funcionários e demais colegas, em atividades na escola e extraclasse;
- Cumprir com seus deveres;
- Saber discernir a hora de estudar da hora das atividades mais livres;
- Entregar as comunicações enviadas pela escola aos seus responsáveis e vice-versa;
- Participar ativamente dos trabalhos em grupo;
- Não sair da escola sem autorização;
- Respeitar o material dos colegas e não se apropriar daquilo que não lhe pertence;
- Zelar pelo seu bem estar, pelo bem estar dos demais e conservar o patrimônio da escola

### **7.8 - Responsabilidade dos líderes de turma**

- Saber conviver e trocar idéias,
- Dar exemplo com atitudes adequadas;
- Auxiliar os professores na resolução de possíveis dificuldades com a turma;

## 8 - AVALIAÇÃO

Como parte essencial do processo de ensino de uma instituição a avaliação, ainda, é algo que precisa passar por uma reflexão constante. Porém, discutir os processos de avaliação de uma instituição escolar é algo que abrange uma complexidade muito grande, uma vez que não há um método que atinja todos os envolvidos. Sempre há a necessidade de rever as ações avaliativas para os indivíduos envolvidos, sendo estes atores de diferentes meios culturais.

Por isso, ainda se vê muito dentro das instituições de ensino uma avaliação classificatória e compensatória sobre o que a escola ou o aluno desenvolveu durante o seu processo de ensino/aprendizagem. Com isso, a avaliação ainda se caracteriza por critérios discriminatórios que marca a vida sócio-educativa de seus envolvidos. Tendo essa visão de avaliação, é necessário considerá-la como um processo abrangente e de caráter diagnóstico, que implica numa reflexão crítica sobre a prática, captando avanços, resistências, dificuldades, possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação escolar é antes de tudo uma questão política, ou seja, está relacionada ao poder, aos objetivos, as finalidades e aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo. A avaliação estará inserida no processo de ensino e aprendizagem e resultará de várias atividades que serão realizadas com o objetivo de verificar o nível de aprendizagem dos conteúdos propostos. Com esses dados em mãos professores e alunos poderão refletir sobre o resultado atingido, tomando novas decisões sobre as formas mais eficazes de ensinar e aprender.

Será considerado instrumento de avaliação, qualquer recurso que o professor ou grupo de professores julgar importante. Exemplifica-se com as seguintes sugestões: relatos de passeios, entrevistas, atividades a serem apresentadas ou expostas na escola e em outros ambientes educativos, participação e engajamento em promoções oportunizadas pela escola, provas orais e escritas, participação em seminários, debates e concursos promovidos pela Escola, SME ou SRE e qualquer outra forma que torne possível avaliar o nível de aprendizagem dos alunos.

Caberá o professor, sempre que necessário, buscar novas metodologias de ensino, tornando a aprendizagem mais significativa para o aluno, o que provavelmente resultará numa melhor aprendizagem. Os alunos deverão cumprir com suas responsabilidades, empenhando-se e comprometendo-se consigo e com os colegas e professores a fim de superar as dúvidas e as dificuldades que surgirem.

Dos pais, espera-se que participem das atividades promovidas pela escola, das reuniões, comparecendo sempre que julgarem necessário e demonstrando interesse pelo progresso escolar de seu filho.

Serão oferecidas atividades de aprendizagem aos alunos que não alcançarem os objetivos propostos, buscando recuperar os conteúdos e conseqüentemente a aprendizagem.

Numa sociedade de classes não há espaço para a neutralidade, posicionar-se como neutro, diante dos interesses conflitantes, é estar a favor da classe dominante, que não quer que outros interesses prevaleçam sobre os seus. A avaliação esta diretamente ligada a concepção de homem, de sociedade e ao Projeto Político Pedagógico.

Assim, a avaliação na Escola Municipal Monteiro Lobato, será continua durante todo o ano letivo, através de múltiplos instrumentos. Avaliar parcialmente, ou com instrumentos inadequados ou sem uma clareza em seus objetivos provocará rupturas no desenvolvimento e processo de ensino dos alunos. A avaliação bem realizada dará suporte a ação educativa e garantirá a interação entre aluno e professor. Uma avaliação de qualidade será aquela que medirá não apenas o aprendizado mas o crescimento sócio-emocional do aluno.

Como afirma **Sousa** (1995, p.63), “(...) a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos (...)”, tudo isso programado e reprogramado em uma proposta pedagógica que atenda às finalidades de ensino exigidas pela sociedade atual e subsidiada por critérios que abrange a qualidade total da escola. Por isso, não há mais espaço para avaliação como forma de punição, castigo, ameaça ou critério de superioridade entre quem ensina e quem aprende. Há espaço para uma avaliação que mostre o que precisa ser revisto pela escola ou método de ensino adotado pelo professor.

Uma das formas para a elaboração de uma avaliação de qualidade é priorizá-la no início do planejamento, estabelecendo metas. Priorizar o atendimento do aluno que não consegue o desenvolvimento esperado ou com dificuldades de aprendizagem.

A Escola Municipal Monteiro Lobato apresenta seu sistema de avaliação de registro dos resultados expressados através de notas para os alunos que cursa os anos iniciais do ensino fundamental. E para efeito de aprovação o aluno deverá ter alcançado a pontuação mínima de 60% do total de 100 pontos distribuídos durante o ano letivo. No ensino Infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental o registro e acompanhamento da aprendizagem será feita através de conceitos, representado pelas letras A, B e C, sendo o conceito **A**, para o aluno que alcançou totalmente os objetivos propostos, **B** para o aluno que alcançou parcialmente os objetivos propostos e **C** para o aluno que não alcançou os objetivos. O registro das avaliações

será contínuo, acumulativo transcorrendo em todo processo, sendo dividido em períodos bimestrais, segundo o calendário escolar, sendo:

- **1º bimestre** = 20 pontos — Média: 12 pontos;
- **2º bimestre** = 25 pontos — Média: 15 pontos;
- **3º bimestre** = 25 pontos — Média: 15 pontos;
- **4º bimestre** = 30 pontos — Média: 18 pontos.

Os pais ou responsáveis, após o término de cada bimestre, concluída as atividades avaliativas, serão informados sobre o desempenho do aluno através de boletins onde serão registrados os progressos, dificuldades e recomendações pedagógicas. Os resultados da avaliação serão levados imediatamente ao conhecimento do aluno pelo professor sendo, analisados os progressos, dificuldades seguidos por um momento de reflexão com o aluno, dando a ele a oportunidade de rever e refazer seus resultados.

Os alunos serão avaliados em cada disciplina e ao longo do processo com apresentação periódica de resultados de modo a permitir ao longo e ao final de cada ano letivo a apreciação do seu desempenho pelo Professor e Especialista por meio do Conselho de Classe que por sua vez é um momento de reavaliação e busca de solução para as dificuldades encontradas.

Com base na avaliação realizada ao final de cada bimestre letivo, a equipe pedagógica juntamente com o professor, deverá recomendar os procedimentos, dentre as alternativas curriculares oferecidas, que melhor atende as características de cada aluno. Caso o aluno não alcance os objetivos propostos em cada unidade e a pontuação for inferior a média de cada bimestre, ele será submetido aos estudos de recuperação, programada dentro do calendário escolar.

Nesse processo de recuperação deve buscar métodos diferenciados, enfocando os aspectos dos conteúdos de maior dificuldade. A escola buscará, juntamente e sob orientação dos especialistas na Secretaria Municipal de Educação, alternativas pedagogicamente adequadas para viabilizar as atividades destinadas a assegurar o domínio dos conhecimentos básicos dos alunos que não tiverem atingido o nível de aproveitamento esperado. Os procedimentos e recursos didáticos deverão ser diversificados a fim de colocar todos os alunos em condições de prosseguir os estudos. As atividades de recuperação devem ser programadas tanto para recuperar sua média de notas como para enriquecer o processo de aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade e compromisso do aluno com as suas funções. No início de cada ano

letivo, se preciso, será feita uma avaliação diagnóstica, cujo resultado é verificar os aspectos programáticos já vencidos, possibilitando a continuidade do desenvolvimento das capacidades programada em cada disciplina e para cada ano de escolaridade.

Além da avaliação individual destinada unicamente ao desenvolvimento dos alunos, compõe o sistema de avaliação da Escola Monteiro Lobato as avaliações externas que de certa forma infere no processo de ensino da aprendizagem dos alunos e da Instituição.

Os momentos de discussão e reflexão, sobre os indicadores de qualidade dos processos de avaliação promovido pelo Governo Estadual e Federal envolvendo todos os atores, tornaram-se democráticos.

As reuniões administrativas dão oportunidade para que todos possam fazer uma auto-avaliação de seus trabalhos e sugerir ações que favoreçam o desenvolvimento da instituição como um todo.

A avaliação institucional traz suporte ao controle social, mas também amplia as possibilidades de qualidade do ensino, desse modo, oferece mais chances dos estudantes acessarem melhores condições de aprendizagem. No entanto, nos diz Luckesi (2002) que o “ato de avaliar por sua constituição não se destina a um julgamento definitivo” é uma meta a ser trabalhada constantemente e somos responsáveis por esse processo de mudança e isso tem ocorrido muito pouco, não tem dado conta de acompanhar a evolução sócio-cultural da atualidade, tornando assim um grande desafio para as instituições de ensino e para a educação de modo geral.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse Projeto Político Pedagógico representa um avanço muito grande para a Escola Municipal Monteiro Lobato, uma vez que há um processo de mudança administrativa, estrutura física e equipe de professores. Nesse projeto toda a equipe que trabalha na instituição terá um norteamento esplêndido de tudo que convêm uma participação coletiva e democrática no processo educacional. Além disso, todos os eixos que compõe este projeto estão atualizados, discutidos e refletidos dentro de filosofias e literaturas educacionais da atualidade. E construído coletivamente para os princípios de democracia seja garantidos dentro da nova proposta de gestão educacional.

As ações didáticas e administrativas da Escola Municipal Monteiro Lobato estão estruturada nesse projeto de forma descentralizada, e há uma redistribuição de funções dentro das realções de trabalho para cada servidor, visando atingir as seguintes dimensões: pedagógica, administrativa, financeira e jurídica. Com isto, mostra se que este projeto não se limita a algo que ficará guardado na gaveta do gestor, sendo que, este tem abertura para que o gestor possa delegar funções que irão melhorar a organização do estabelecimento de ensino e consequentemente as qualidade dos serviços pedagógicos prestado à comunidade.

O plano curricular tem diretrizes e capacidades voltadas para uma educação igualitária, sem distinção e preconceitos de etnias e culturas, tudo direcionado pela a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e Parâmetros Curriculares Nacionais Diretrizes Curriculares. O sistema de avaliação visa o diagnóstico e promoção dos alunos e não tem caráter classificatório ou exclusivo. Portanto, a elaboração desse Projeto Político Pedagógico tornou se um mecanismo importantíssimo para discutirmos a educação na sociedade atual, direcionando a função do gestor sobre a ótica de virtudes democráticas, tendo como foco a qualidade do ensino e a integração da comunidade nos processos de decisões que envolve toda escola. Uma vez que, garantir a participação da comunidade escolar nas escolas é garantir princípios de democracia em uma sociedade carente de seres participativos e conquistadores de seus direitos como cidadãos.

## 10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Federal n° 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB n° 04, de 29 de janeiro de 1998:** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. In <http://www.mec.gov.br/cne>.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental: **Parâmetros curriculares nacionais introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

Brasil: Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil /** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo. Disponível em: In <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação:** um campo de atuação do gestor. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

**Declaração Universal dos Direitos da Criança** (1959). Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30 de julho de 2010.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico.** In: MARÇAL, Juliane Corrêa e SOUSA, José Vieira de. Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? Módulo III. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 2002.

MEC: **Conferência Nacional de Educação (CONAE) – Documento Final, 2010.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>, acesso em 08 de julho de 2010.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental – SEF: **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Documento Introdutório. Versão Agosto / 1996. In <http://www.zinder.com.br/legislacao/pcn-fund>. (BRASIL. Disponível em...Acesso em, ver ordem alfabética)

MOREIRA, Antônio Flávio e CANDAU, Vera Maria. Secretaria de Educação Básica (Org.). **Currículo, Conhecimento e Cultura:** Documento em versão preliminar. 2006.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Avaliação Institucional: elementos para discussão,** disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>, acesso em 02 de agosto de 2010.